

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax : +251115- 517844
Website : www.au.int

RE20721 – 88/88/22/10

CONSELHO EXECUTIVO
Trigésima-Segunda Sessão Ordinária
22 – 26 Janeiro de 2018
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/1041(XXXII)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ
TÉCNICO ESPECIALIZADO (CTE) PARA A AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO RURAL, ÁGUA E MEIO AMBIENTE
2 - 6 de Outubro de 2017 - Adis Abeba, Etiópia**

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone 002511-115 517 700

website : www.au.int

RE20721 – 88/88/22/10

**SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO
ESPECIALIZADO (CTE) PARA A AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO RURAL, ÁGUA E MEIO AMBIENTE
02 - 06 de Outubro de 2017
Adis Abeba, Etiópia**

STC2/ARDWE/MIN

RELATÓRIO

A. INTRODUÇÃO

1. O Segmento Ministerial da Segunda Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado (CTE¹) para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente (mais adiante designado 'CTE') foi realizado no Centro de Conferências da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, de 05 a 06 de Outubro de 2017.
2. O CTE foi organizado sob o tema: "Melhoria da Sustentabilidade Ambiental e a Transformação Agrícola para Alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional na Implementação da Agenda 2063".

B. OBJECTIVOS DA REUNIÃO DO CTE

3. A Segunda Reunião do CTE teve como objectivo rever o progresso alcançado na implementação das Decisões da União Africana desde a reunião Inaugural do CTE, realizada em Outubro de 2015, debater e adoptar os relatórios e as recomendações, que por seu turno serão submetidos à análise do Conselho Executivo da União Africana na sua próxima reunião em Janeiro de 2018.

C. PARTICIPAÇÃO

4. O CTE contou com a participação dos seguintes 49 Estados-membros: Argélia, Angola, Benim, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Comores, República do Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Guiné, Guiné-Bissau, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Reino de Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, Somália, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda e Zâmbia.
5. Participaram igualmente na reunião representantes das Comunidades Económicas Regionais (CDEAO e IGAD), Comités Ministeriais Sectoriais, (AMCEN, AMCOW, AMCOMET) e parceiros de Desenvolvimentos convidados (UNECA, FAO e BAD).

D. SESSÃO DE ABERTURA

6. A reunião foi aberta por S. E., Henry Djombo, Presidente da Primeira Sessão Ordinária do CTE, Ministro do Estado para Agricultura, Pesca e Pecuária da República do Congo.
7. A Comissária da CUA para a Economia Rural e Agricultura, Sua Excelência a Sra. Josefa Sacko, observou que a segurança alimentar africana foi afectada nos últimos dois anos por choques externos, sobretudo os que se relacionam com as alterações climáticas, levando à seca sem precedentes, pragas e doenças, incluindo a devastadora Lagarta-do-Cartucho A Comissária indicou que esta reunião serviria para avaliar o progresso alcançado na implementação da declaração de Malabo. A Sra. Sacko informou ainda à reunião que a CUA e Agência NEPAD, trabalhando em estreita

¹Lista dos Acrónimos no Anexo 1

colaboração com as CER e os parceiros técnicos, desenvolveu o mecanismo da revisão bienal, deu formação a equipas nacionais de 51 dos 55 Estados-membros da UA, acrescentando que até à data, 43 países haviam submetido os seus relatórios, os quais seriam debatidos durante esta reunião. Relatou que na sequência da aprovação por esta reunião, o relatório continental consolidado e o Quadro de Resultados para a Transformação da Agricultura Africana seriam apresentados à Conferência da UA de Janeiro de 2018. A Comissária observou que África teve sucesso ao manter uma posição comum africana sobre as diferentes Conferências das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que culminou com o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas de 2015. Apelou por esforços concertados a nível nacional para implementar as contribuições nacionalmente determinadas, mediante validação e integração nos planos nacionais de desenvolvimento. Propôs igualmente a criação de um mecanismo de monitorização e de apresentação de relatórios sobre a implementação do Acordo de Paris. Exprimiu a esperança de que, na medida que se der prioridade aos investimentos sustentáveis na agricultura, políticas verdes e limpas, África será capaz de alcançar os seus compromissos continentais e globais capturados na Declaração de Malabo, no acordo de Paris, no Quadro de Sendai, na Agenda 2063 e na Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030.

8. Na sua declaração, o Representante do Governo da República Federal Democrática da Etiópia, o Sr. Dejene Abesha, observou que desde a sua adopção em 2003, o CAADP tornou-se o foco central dos esforços dos governos africanos, da União Africana e da Agência NEPAD no sentido de acelerar o crescimento económico liderado pela agricultura e o alívio da pobreza. Afirmou que a Etiópia alcançou progressos significativos na sua implementação do CAADP. Informou a reunião que muito se espera da União Africana por forma a apoiar os Estados-Membros a rastrear dados confiáveis e precisos em relação ao conjunto de indicadores apresentados para avaliar o desempenho dos compromissos de Malabo. Lembrou aos delegados a ameaça representada pela Lagarta-do-cartucho e apelou por uma acção colectiva contra a sua infestação e controlo. Mencionou ainda os efeitos adversos das alterações climáticas sobre os meios de subsistência e sistemas de produção, tendo solicitado à União Africana para tomar medidas em relação aos mesmos, através de seus Estados-membros. Ao concluir a sua declaração, exprimiu o seu apreço à Comissão da União Africana pelos seus esforços em reunir os Estados-membros para debater os principais pontos da agenda respeitantes à operacionalização dos compromissos do CAADP-Malabo.

9. O Presidente da Mesa da 1ª Sessão Ordinária do CTE e Ministro da Agricultura da República do **Congo**, S. Exca. Henri Djombo, recordou que a reunião inaugural do CTE foi realizada em Outubro de 2015, em consonância com a decisão dos Chefes de Estado e de Governo da UA, durante a qual, a primeira sessão ordinária do CTE foi mandatada a abordar os assuntos do CTE durante dois anos. Elucidou sobre os êxitos alcançados pela primeira Mesa, tais como a adopção do Regulamento Interno do CTE e a criação de cinco subcomités. Saliu que os subcomités *ad hoc* e os grupos de trabalho adicionais poderiam ser estabelecidos conforme a necessidade. Indicou que a 1ª Sessão Ordinária do CTE debateu uma série de questões como a terra, a agricultura orgânica e ecológica, alterações climáticas, meteorologia, a redução do risco de catástrofes, água e saneamento básico. Além disso, foram feitas várias recomendações, algumas das quais estão a ser implementadas. No seguimento da sessão inaugural, a mesa reuniu-se a 29 de Fevereiro de 2016, aprovou o relatório da 1ª sessão ordinária

do CTE e remeteu à análise do Conselho Executivo da UA. Infelizmente, o procedimento aplicável não foi seguido, pelo que o relatório não pude ser apresentado conforme planeado, à Conferência da UA de Julho de 2016. Informou que a Mesa da 1ª Sessão Ordinária do CTE reuniu-se novamente a 4 de Outubro de 2017 e procedeu à revisão de algumas partes do relatório, tendo acordado unanimemente que o relatório devia ser encaminhado para adopção por esta reunião e mais tarde pelos órgãos deliberativos da UA. Agradeceu aos delegados pela compreensão e apoio durante o seu mandato, tendo solicitado que o mesmo apoio fosse prestado à nova Mesa. Em conclusão, o Presidente desejou à reunião um resultado satisfatório e declarou a reunião oficialmente aberta.

E. ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA PRIMEIRA SESSÃO DO CTE

10. O CTE procedeu à análise e adopção do Relatório da sua Primeira Sessão Ordinária, sob auspícios do Presidente da Primeira Sessão Ordinária do CTE, realizada em Outubro de 2015.

F. OBSERVAÇÕES DO PRESIDENTE CESSANTE DO CTE

11. O Presidente Cessante afirmou no seu último discurso, que o CTE é um fórum estratégico de tomada de decisão que ajunta ministros e peritos provenientes dos sectores da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente. Tendo em conta os constrangimentos de ordem logística, por um lado, e o número limitado de ministros que se fazem presentes e a necessidade para a continuidade e um compromisso significativo, seria prudente se os Estados-membros designassem um ministro com base nas prioridades do país para participar na reunião do CTE.

12. A Reunião Ministerial requer um quórum (dois terços dos Estados-membros) de modo que as suas recomendações sejam vinculativas: Os Estados-membros devem envidar esforços no sentido de garantir uma representação ao nível ministerial a fim de fortalecer a implementação dos resultados do CTE.

G. ELEIÇÃO DA MESA DO SEGUNDO CTE

13. De acordo com o Regulamento Interno que rege o CTE, a reunião elegeu os seguintes Membros da Mesa:

Presidente:	Burkina Faso
1º Vice-presidente:	África do Sul
2º Vice-presidente:	Mauritânia
3º Vice-presidente:	Ruanda
Relator:	República Democrática do Congo

H. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO CTE

14. O Presidente da Mesa da Segunda Sessão Ordinária do CTE e Ministro de Agricultura de Burkina Faso, S. Excia, Jacob Ouedraogo endereçou os seus agradecimentos aos delegados pela confiança depositada no Burkina Faso e pela sua eleição como Presidente de Mesa nos próximos dois anos. Agradeceu ainda a Primeira Mesa pelo compromisso com o qual realizaram as suas obrigações e responsabilidades. Ademais, utilizou a plataforma para apelar aos delegados no sentido de garantir que a agricultura se torne a força motriz para o desenvolvimento económico nos seus

respectivos países. Outrossim, manifestou a esperança de contar com o apoio dos delegados durante os próximos dois anos do seu mandato.

I. ADOÇÃO DA AGENDA E DO PROGRAMA DE TRABALHO

15. O CTE analisou e aprovou a Agenda e o Programa de Trabalho sem nenhuma alteração.

J. DISCURSOS DOS ESTADOS-MEMBROS

a) Mensagens dos Estados-membros

16. As Declarações Ministeriais dos Estados-membros reiteraram os compromissos fortes para com o CAADP e definiram os esforços destinados a executar os planos nacionais de investimento agrícola.

17. A abordagem do quadro de resultados para avaliar o nível de implementação do CAADP foi elogiada no que tange o enquadramento, a relevância dos indicadores, a abordagem analítica e a integração dos aspectos de governação. Criou-se um relatório de qualidade que fornece um painel útil do progresso 14 anos após à implementação da Declaração de Maputo. A comparabilidade fornece o âmbito para a motivação dos Estados-membros.

18. A chave para o sucesso do CAADP é o financiamento: Foram definidos 10% como alvo para o financiamento público. Poucos países alcançaram este alvo, e mesmo aqueles que o fizeram, os seus resultados carecem de interrogação. A reunião ministerial deve oferecer propostas relevantes para abordar o financiamento do CAADP. O aumento do investimento público é imperioso por forma a estimular o investimento privado. Foram prestados vários pontos de vista:

- a) 14 anos após a execução do CAADP, poucos países surtiram êxitos no investimento de 10% dos seus orçamentos na agricultura;
- b) A revisão da estrutura de investimentos que pode contribuir para o alvo de 10%: há muitas outras áreas da economia que impactam e têm influência directa sobre a agricultura. Dá-se como exemplo, as estradas rurais e infra-estrutura tais como mercados, electrificação rural, que contribuem para a adição de valor.

19. A agenda africana de transformação da agricultura está a ser implementada face aos desafios das alterações climáticas. A COP 21 foi um sucesso na angariação de fundos para combater às alterações climáticas, mas teve como enfoque a mitigação e mesmo assim a prioridade para África ainda é a adaptação. África contribui somente com 4% das emissões, mas é altamente impactada devido à dependência elevada da agricultura africana nos recursos naturais e no ambiente. A COP22, acolhida por Marrocos, restabeleceu a agricultura na agenda mundial das alterações climáticas. Recomendou-se que a Iniciativa Africana de Adaptação da Agricultura (Triplo A), lançada na COP 22, deve ser endossada pela UA e ser apoiada de forma a facilitar melhor cooperação na luta contra os impactos das alterações climáticas na agricultura.

20. Os Estados-membros realçaram o papel da AMCOMET na prestação de liderança e orientação políticas, e advocacia, na prestação precisa e oportuna de informação e serviços meteorológicos e hidrológicos para efeitos de tomada de decisões ponderadas no planeamento e na preparação, com vista a reduzir os impactos das catástrofes nos principais sectores de desenvolvimento. Os Estados-membros foram convidados a investir na melhoria da capacidade dos serviços hidrológicos e meteorológicos nacionais e a aumentar a cooperação entre países e regiões africanas.

21. É necessária maior atenção na priorização e racionalização do desenvolvimento e utilização dos recursos hídricos, caso África queira melhorar a produção e reduzir a vulnerabilidade à variabilidade das chuvas e a outros impactos das alterações climáticas. Dadas as fontes de água limitadas, a ênfase deve ser colocada sobre tecnologias alternativas na captação de água, incluindo o uso de águas cinzentas e residuais. Recomendou-se que a Irrigação deve ser uma área de enfoque principal do CTE, devendo ser criado um comité para abordar a questão da água na agricultura, bem como a agricultura inteligente na perspectiva climática.

22. O CTE é uma plataforma que gera recomendações e decisões para transformar a agricultura africana e deve ser apoiado por pesquisas rigorosas. Recomendou-se a criação de um comité de pesquisa para o desenvolvimento.

23. Os esforços nos sectores agrícola, de desenvolvimento rural, da água e do meio ambiente, estão fragmentados com duplicações e falta de sinergia entre os sectores público e privado, parceiros de desenvolvimento e actores não estatais. O CTE deve fornecer uma plataforma comum para a apresentação de relatórios, revisão e consolidação. As Comunidades Económicas Regionais (CER) devem ser parte integrante da estrutura, a fim de consolidar as perspectivas continentais, regionais e nacionais do CTE.

24. Muitas das intervenções de África foram orientadas para projectos, sendo esta uma abordagem inerentemente limitada quanto ao seu escopo, cobertura geográfica e sustentabilidade. Recomendou-se uma abordagem mais estratégica com o desenvolvimento do Programa liderado pela União Africana.

25. Os jovens são um recurso significativo para a agricultura e as estratégias para sua retenção e emprego remunerado no sector também contribuiriam significativamente para reduzir a migração ilegal. Recomendou-se que o CAADP deve concentrar mais no emprego da juventude.

26. A desertificação, a degradação da terra e a seca exigem um esforço integrado e sustentado, incluindo a implementação de acções propostas na Declaração de Windhoek.

27. Os países solicitaram uma abordagem integrada para lidar com as questões do comércio ilícito de fauna e flora selvagens e solicitaram um esforço mais deliberado e coordenado para resolver os problemas.

a) Mensagens principais dos Parceiros de Desenvolvimento:

28. Os representantes dos Parceiros de Desenvolvimento que se fizeram presentes no CTE, nomeadamente; o Representante da FAO: Subdirector-Geral para a África; e o

Representante do Banco Africano de Desenvolvimento, prestaram declarações ao CTE. A seguir apresenta-se o resumo de suas mensagens principais:

- a) A relevância do CTE não pode ser demasiadamente enfatizada, visto que as questões em que o mesmo presta orientações são de importância para parceiros de desenvolvimento como a FAO. Os ODS e os objectivos de Malabo convergem.
- b) O CTE, no seu trabalho, deve manter três áreas prioritárias na sua agenda: erradicar a fome, diminuir a vulnerabilidade aos choques e reduzir a pobreza
- c) A factura de importações de África é estimada em 35,4 mil milhões de dólares norte-americanos por ano. O desenvolvimento da cadeia de valor deve concentrar-se na substituição das importações.
- d) Os recursos são escassos para o financiamento de iniciativas agrícolas: Os Ministérios da agricultura devem investir no desenvolvimento de projectos financiáveis, de modo a racionalizar empréstimos para o sector.
- e) Mais de 320 milhões de crianças sofrem de malnutrição, e muitas nascem com peso inferior ao normal: o CTE deve emprestar mais atenção à nutrição

K. APRESENTAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO BIENAL E DO QUADRO DE RESULTADOS DOS PAÍSES

29. O Departamento de Economia Rural e Agricultura fez uma apresentação sobre a situação do Projecto de Relatório Bienal dos Estados-membros e do Quadro de Resultados para a Transformação da Agricultura Africana relativo à implementação da Declaração de Malabo. O relatório será submetido aos Órgãos Deliberativos da União Africana após a sua aprovação pelo CTE.

30. Após a apresentação da CUA, seguiram-se deliberações exaustivas e os Estados-membros teceram os seguintes comentários:

- a) Os pontos apresentados no Relatório Bienal não reflectem os Estados-membros que apresentaram relatórios incompletos;
- b) A pontuação de zero não reflecte uma situação real das realizações daqueles Estados-membros;
- c) Há necessidade de conceder aos Estados-membros o tempo suficiente para a compilação dos seus relatórios, tendo em conta que o processo é interactivo e envolve recolha de dados de diferentes instituições sectoriais governamentais;
- d) O Relatório Bienal não deve ser considerado como um processo competitivo, mas sim um compromisso político pelos Estados-membros;

31. Após prolongadas deliberações em volta do referido Relatório, os Ministros fizeram as seguintes recomendações:

- a) O prazo para a apresentação pelos Estados-membros deve ser prorrogado para finais de Outubro de 2017;
- b) A CUA deve encontrar um critério alternativo para reflectir os pontos com base no seguinte: i) Estados-membros que submeteram Relatório incompletos; ii) Estados-membros que não submeteram nenhum Relatório, tendo em conta que a Pontuação de Zero, dá uma conotação negativa.

L. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DOS ALTOS FUNCIONÁRIOS/PERITOS

32. O Presidente da Sessão dos Altos Funcionários/Peritos do CTE procedeu à leitura do Projecto do Relatório dos trabalhos da sessão de dois dias que teve lugar de 4 a 3 de Outubro de 2017. Os delegados ministeriais deliberaram e propuseram alterações ao Relatório.

33. Os Ministros reconheceram o resultado do trabalho realizado pelos Altos Funcionários/Peritos.

M. RECOMENDAÇÕES

34. Os Ministros deliberaram sobre o relatório dos Altos Funcionários e fizeram as seguintes recomendações:

AGRICULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR, PROTECÇÃO ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

Plano de Acção de Malabo do CAADP da UA e o Quadro de Parceria Nacional sobre Agro-negócios

35. A Reunião reconheceu os esforços envidados pela CUA na elaboração do Plano de Negócio de Malabo relativo ao CAADP da UA (2017-2021) e tomou nota da existência de (a) um plano de negócio que harmoniza as intervenções da CUA, da NEPAD e das CER no apoio aos Estados-membros para implementar a Declaração de Malabo; (b) instrumentos e directrizes para ajudar aos Estados-membros a refrescar os seus Planos Nacionais de Investimento na Agricultura; e (c) ferramentas para apoiar os Estados-membros a atrair investimentos do sector privado na Agricultura (Quadro Nacional de Parcerias de Agro-negócios). A reunião, entretanto, recomenda o seguinte:

36. A reunião resolveu que a CUA, a Agência de Coordenação e Planificação da NEPAD (NPCA) e as CER deveriam harmonizar as suas intervenções em apoio aos Estados-membros com base no Plano de Negócio de Malabo.

37. A reunião incentivou os Estados-membros a utilizar as ferramentas e directrizes desenvolvidas para melhorar a implementação dos seus Planos Nacionais de Investimento Agrícola; resultando assim, no alcance dos objectivos e metas conforme enunciados no Plano de Negócio de Malabo da UA.

38. A União Africana deve advogar fortemente por investimentos para a Declaração de Malabo, primeiramente pelos próprios Estados-membros, parceiros de

desenvolvimento e o sector privado, de modo a permitir a implementação satisfatória do Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP)

39. Apelar a CUA a apoiar a Aprovação da Iniciativa Agrária de África como um instrumento de advocacia para a adaptação da Agricultura Africana às alterações climáticas e a catalisar o financiamento e facilitação de capacitação Institucional para adaptação de projectos agrícolas africanos.

Relatório da Revisão Bienal Continental do CAADP e o Quadro de Resultados de Transformação Agrícola de África

40. O CTE tomou nota dos esforços feitos durante um processo interactivo para o desenvolvimento de ferramentas de relatórios, orientando os Estados-membros e as CER sobre as diferentes ferramentas e processos de responsabilização mútua que levam à produção do relatório bienal e o Quadro de Resultados de Transformação Agrícola de África (AATS), para os relatórios dos Estados-Membros contra compromissos de Malabo, a reunião recomendou o seguinte:

- Solicitou aos Estados-membros que ainda não o fizeram para submeter os seus relatórios, até 31 de Outubro de 2017.
- Aprovou o projecto Revisto do Relatório Inaugural Bienal e o Quadro de Resultados de Transformação Agrícola da Comissão sobre a implementação da Declaração de Malabo, de Junho de 2014, relativa ao Crescimento e Transformação Acelerados da Agricultura para uma Prosperidade Partilhada e Melhoria dos Meios de Subsistência, para ser submetido à 30ª Sessão da Conferência da União, em Janeiro de 2018.
- Os Estados-membros solicitaram à União Africana e a NPCA para mobilizar recursos técnicos e financeiros com o objectivo de fortalecer os sistemas de dados do país, planificação baseada em evidências e mecanismos de responsabilização mútua por meio de programas de capacitação e partilha de conhecimentos entre os países.

Quadro para a Mecanização da Agricultura Sustentável em África

41. A Reunião tomou nota da apresentação sobre o Quadro para a Mecanização da Agricultura Sustentável em África (SAMA), que visa a responder a Declaração de Malabo de 2014 sobre o Crescimento Agrícola Acelerado e Transformação para prosperidade partilhada e melhoria dos Meios de Subsistência. A Reunião recomenda o seguinte:

- Aprovou o Quadro para a Mecanização da Agricultura Sustentável em África como parte integrante da Transformação Rural e Agrícola de África.
- Instou aos Estados-membros a melhorar a implementação da mecanização agrícola, com base em elementos prioritários, no processo de desenvolvimento e implementação das suas estratégias nacionais, tendo em vista mecanização sustentável da agricultura.

- Solicitou ao Departamento de Economia Rural e Agricultura da CUA (CUA-DREA) para continuar a sua colaboração com a FAO e outros parceiros no sentido de apoiar os Estados-membros para desenvolver e implementar as suas estratégias nacionais de mecanização agrícola sustentáveis e proporcionar informação sobre os progressos nesse sentido.

Implementação da Declaração da União Africana sobre as Questões da Terra e os seus Desafios

42. A apresentação sobre a Declaração da UA atinente a Questões Agrárias e os seus Desafios informou os participantes sobre o progresso alcançado na implementação da Declaração da UA sobre questões agrárias e os seus desafios em África e o caminho a seguir. Destacou as decisões tomadas relativas às terras da UA como a Agenda 2063, a Declaração de Malabo na Agricultura. A reunião, portanto, fez as seguintes recomendações:

- Aprovou as Directrizes para o Desenvolvimento de Programas em África e apelou os Estados-membros para promover a sua utilização, incluindo a disponibilização dos respectivos recursos.
- Solicitou à CUA, em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para África e o Banco Africano de Desenvolvimento, para reforçar as capacidades da CUA/Centro Africano da Política da Terra (ALPC), através da sua institucionalização, com vista a assegurar a sustentabilidade financeira, a eficiência operacional e a sua apropriação
- Solicitou à Comissão da União Africana/Centro Africano da Política da Terra para elaborar directrizes que visam a mitigação de conflitos étnicos e ligados à terra, de forma a serem utilizados pelos Estados-membros na revisão das suas políticas e das suas instituições
- Incentivou as CER a procederem à institucionalização de programas de gestão da terra, por forma a assegurar a sustentabilidade do financiamento.
- Instou aos Estados-membros a fazer revisão das políticas e programas da terra, tendo em vista atingir 30% do objectivo dos direitos das mulheres para a posse da terra até 2025.
- Solicitou à CUA/ALPC, as CER e aos Estados-membros para mobilizarem recursos (incluindo os recursos internos), com vista a integrar a gestão da terra nos Planos Nacionais de Investimento na Agricultura (NAIPs) e nos Planos Regionais de Investimento Agrícola (RAIPs) bem como em outros sectores.

Estratégia das Indicações Geográficas do Continente para África

43. A reunião tomou nota da apresentação sobre a Estratégia das Indicações Geográficas do Continente para África, que ressaltou os ricos recursos naturais e da diversidade biocultural de África, que representa diversos recursos para o combate da

insegurança alimentar e a pobreza, num contexto de alterações climáticas. A apresentação fez questão da relevância de uma Estratégia Continental para o desenvolvimento das indicações geográficas (IG) em África como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento sustentável. A Reunião, portanto, recomendou o seguinte:

- Aprovou e uma estratégia continental elaborada para o desenvolvimento das Indicações Geográficas em África e o Plano de Acção para a sua implementação.
- Solicitou a popularização da Estratégia nos respectivos Estados-membros como uma ferramenta de comercialização e transformação da África
- Solicitou a CUA para mobilizar recursos para apoiar os Estados-membros na sua implementação.

Desafio de Desenvolvimento da Cadeia de Valores de Produtos Agrícolas para a Melhoria da Competitividade no Continente

44. A reunião tomou nota da apresentação feita pela UA SAFGRAD sobre os desafios do desenvolvimento de cadeias de valor de bens para a melhoria da competitividade de produtos agrícolas em África. A reunião notou que a apresentação procurou abordar a necessidade de aumentar a competitividade dos produtos agrícolas, de modo a fazer rastreio rápido do comércio intra-África. Por isso, a reunião terminou com as seguintes recomendações:

- Exortou os Estados-membros a incentivar programas de negócios ao longo das cadeias de forma a atrair investidores.
- Solicitou as CER a dar prioridade aos produtos regionais sobre os quais deverão concentrar os esforços de desenvolvimento para melhorar a vantagem competitiva.

O Tema da União Africana para 2017 “Aproveitamento do Dividendo Demográfico através de Investimentos na Juventude”

45. Prevê-se que a população do Continente Africano duplique até 2050, e ainda existe uma janela de oportunidades, apesar de pequena e prestes a fechar, para o aproveitamento do “dividendo demográfico” na medida em que a força de trabalho juvenil do continente cresce em relação ao número de dependentes (crianças e idosos).

46. Se os líderes africanos investirem neste momento, os jovens do continente podem dirigir um crescimento e criarem empregos que beneficiarão a todos. A África poderia acrescentar 15 triliões de dólares a sua economia durante os próximos 30 anos. A tradução deste potencial em realidade irá exigir investimentos na educação, emprego e empoderamento particularmente para as mulheres e jovens.

47. A reunião recomendou o seguinte:

- Empregar os jovens em programas de agro-negócios e de obras públicas que beneficiam directamente os sectores de energia eléctrica, transportes, processamento pós-colheita, água, e outros projectos infra-estruturais nas comunidades rurais e carenciadas.
- Intensificar os programas de financiamento de PME, e microcréditos, formação básica em questões financeiras e em cadeia de valores de modo a permitir que os jovens satisfaçam de forma adequada as necessidades dos mercados agrícolas identificados.
- Abordar a questão de acesso desigual a insumos por parte dos jovens, particularmente mulheres e dedicar fundos para os serviços de extensão agrícola adequados.

Priorização da Segurança Alimentar em África

48. A apresentação pela CUA-DREA destacou os efeitos negativos de micotoxinas, metais e outros contaminantes que representam para a saúde humana e animal. Em seguida, ressaltou-se na necessidade de estabelecer um Laboratório de Segurança Alimentar Pan-Africana. Por conseguinte, foram feitas as seguintes recomendações:

- Solicitou-se que a CUA realizasse uma análise da situação das infra-estruturas laboratoriais de segurança alimentar existentes no continente de modo a informar a proposta para o estabelecimento do Laboratório de Segurança Alimentar Pan-Africano.
- Instou-se a CUA para desenvolver um Quadro de Política Sanitária e Fitossanitária (SPS) Continental e uma proposta completa para o estabelecimento do Laboratório de Segurança Alimentar Pan-Africano.

Necessidade de Intensificar a Iniciativa Emergente para melhorar a Nutrição no âmbito da Agenda de Transformação Agrícola

49. A biofortificação é o processo de criação e de fornecimento de vitaminas essenciais e minerais em culturas básicas que são naturalmente enriquecidas com micronutrientes. Complementa a fortificação comercial, suplementação e diversidade da dieta, portanto, tem o grande potencial para contribuir significativamente para o Objectivo de Malado de reduzir o crescimento retardado para 10% e abaixo do peso a 5% até 2025. A biofortificação está rapidamente ganhando reconhecimento internacional e nove Estados-membros da UA já estão na implementação de projectos de biofortificação com o apoio de organizações internacionais de investigação. No entanto, a iniciativa carece de alto nível de apoio político da UA. Nesta matéria, a reunião fez as seguintes recomendações:

- Incentivou a CUA, a NPCA e os Parceiros de Desenvolvimento e Técnicos a trabalharem em conjunto para desenvolver resumos de políticas que levam a uma Declaração sobre o escalonamento da biofortificação africana dentro do contexto de desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis;

- Solicitou a CUA-DREA a iniciar um processo para desenvolver uma estrutura que visa a orientar o escalonamento de biofortificação para cobrir mais Estados-membros, especialmente aqueles com potencial para a adopção do programa e integrá-lo nas suas intervenções para o desenvolvimento de agro-negócios e de cadeia de valores.

RECOMENDAÇÕES SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS COM A PECUÁRIA

Estratégia e Programa Pan-africanos para o Controlo e Erradicação de Pragas e Pequenos Ruminantes (2017 – 2021):

50. A reunião tomou nota da apresentação pela UA-IBAR do seu primeiro Programa Quinquenal de PPR Pan-Africano desenvolvido para o período 2017-2021, que visa:

- a) Reduzir a prevalência de PPR em países endémicos e manter a ausência de PPR em países não-infectados;
- b) Reforçar as Competências Críticas dos Serviços Veterinários para melhorar o controlo e a erradicação de PPR e outras doenças prioritárias de pequenos ruminantes;
- c) Mitigar com base na NR e outros conflitos em áreas-chave de produção de pequenos ruminantes; e
- d) Promover investimentos na pecuária com modelos baseados em negócios para melhorar o acesso aos mercados.

51. A reunião fez as seguintes recomendações:

- Endossou a Estratégia Pan-Africana revista para o Controlo e Erradicação da PPR em África até 2030 e o Programa Pan-Africano revisto para o Controlo e Erradicação de PPR para o período 2017-2021.
- Solicitou ao UA-IBAR, CER e os Estados-membros para intensificar os esforços que visam a mobilizar recursos para a sua implementação da Estratégia Pan-Africana para o Controlo e Erradicação de PPR.

Estratégia da Sanidade Animal em África (AWSA)

52. O CTE observou que o bem-estar animal constitui uma preocupação crescente ao nível mundial, com o cumprimento das normas de protecção dos animais cada vez mais integrantes dos acordos comerciais. A África está desfasada no cumprimento das boas práticas de bem-estar animal. Ao nível político, ainda existe uma atenção inadequada para a promoção dos princípios de bem-estar animal no desenvolvimento de recursos animais do continente. Isto tem implicações para os dois objectivos de intensificação da produção animal, de triplicar o comércio inter-regional e intra-Africano em gado e para a participação da África no comércio mundial de animais. É neste contexto que a reunião:

- Endossou a Estratégia de Bem-estar Animal para África (AWSA), a Plataforma Africana para o Bem-estar Animal (APAW) e o Plano Quadrienal de Acção.
- Solicitou ao UA-IBAR e aos parceiros para mobilizar recursos necessários para implementar a Estratégia.

Relatório e Recomendações da 34ª Conferência Internacional do Conselho Científico para a Pesquisa e Controlo da Tripanossomíase (ISCTRC)

53. O CTE observou que a Tripanossomíase comumente chamada de doença de sono em humanos e Nagana em gado é uma doença parasitária com sérios impactos sobre a saúde humana e animal, a sustentabilidade dos meios de vida nas comunidades rurais e uma causa de pobreza e subdesenvolvimento no continente. A 34ª Conferência de ISCTRC e o 16º Encontro dos Coordenadores da PATTEC foi realizado de 11 a 15 de Setembro de 2017, em Livingstone, Zâmbia, e fez recomendações que exigem a implementação imediata. A reunião, portanto:

- Endossou as recomendações da 34ª Conferência Geral da ISCTRC e a 16ª Reunião dos Coordenadores da PATTEC para a implementação imediata pelos Estados-membros e parceiros.
- Solicitou ao UA-IBAR/ISCTRC, UA-PATTEC e aos parceiros para formular programas regionais e continentais conjuntos integrados e mobilizarem recursos para a sua implementação.

MEIO AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS, ÁGUA & SANEAMENTO, REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES

Relatório da 6ª Sessão Especial da Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente (AMCEN), Cairo, Egito (16-19 de Abril de 2016)

54. A reunião tomou nota de uma apresentação feita pelo Egito que destacou o importante papel do ambiente e do desenvolvimento sustentável na Agenda Global e o papel importante desempenhado pela AMCEN nas negociações ambientais globais, incluindo nas negociações climáticas e no Protocolo de Nagoya. A reunião, entretanto:

- Endossou o relatório, as decisões e a Declaração do Cairo da 6ª Sessão Especial da Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente (AMCEN).

Relatório da 16ª Sessão Ordinária da Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente, em Libreville, Gabão (12 – 16 de Junho de 2017)

55. O Presidente do Grupo de Peritos de AMCEN fez uma apresentação sobre o relatório acima mencionado. O CTE reconheceu que a implementação do Acordo de Paris, a Convenção das Nações Unidas sobre a Desertificação e Cidades facilitaria a implementação da Agenda 2030 sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2063 de África. A reunião, portanto:

- Endossou o Relatório, as Decisões da Declaração de Libreville da 16ª Sessão Ordinária da Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente.

Implementação da Declaração de Sharm el Sheikh sobre o Alcance dos Objectivos de Água e Saneamento em África:

56. A Reunião recordou os compromissos da Declaração de Sharm el Sheikh de Alcançar os Objectivos de Água e Saneamento em África. Reconheceu os esforços realizados para a implementação desta Declaração. Portanto, exige-se a implementação de rastreamento rápido da presente Declaração. O CTE:

- Aprovou o relatório e as Decisões da 10ª Sessão Ordinária do Conselho Africano de Ministros sobre Água (AMCOW) realizada em Dar-es-Salaam, Tanzânia em Julho de 2016.
- Endossou igualmente o Roteiro de Dar-es-Salaam para o Alcance da Declaração de N'Gor sobre a Segurança de Água e Saneamento em África em prol da realização da Visão Africana da Água 2025;
- Exortou os Estados-membros a comprometerem-se com mobilização de recursos internos para colmatar o défice de financiamento para a água e saneamento, e ainda mais comprometer-se com a criação do Fundo Azul de África para o rastreio rápido da implementação do (i) Programa de Acção Prioritária Africana de Gestão de Recursos Hídricos 2016 - 2025; (ii) o Programa Africano de Supervisão e informação sobre os Compromissos de Sharm el Sheikh; (iii) o Plano de Acção de Kigali; (iv) o Programa de Acesso Universal para o Abastecimento de Água e Saneamento em África (Operação 2M4M); (v) o Programa Africano de Aldeias Limpas; (vi) o Programa de Saneamento Produtivo em África; e (vii) o Programa de Desenvolvimento da Capacidade Humana para aumentar a capacidade no sector da água.

Redução do Risco de Catástrofes

Posição Comum Africana na Plataforma Global de 2017 para a Redução do Risco de Catástrofes em Cancun, México (22 – 26 de Maio de 2016)

57. A Comissão da União Africana fez uma apresentação sobre a posição comum de África que foi finalizada em Cancun por Comunidades Económicas Regionais e os Estados-membros durante o Fórum Mundial Global sobre Redução do Risco de Catástrofes, realizada em 22 a 26 de Maio, em Cancun no México. A este respeito, a reunião:

- Tomou nota da Posição de África sobre a Redução de Risco de Catástrofes (DRR) na Plataforma Global de 2017, para a Redução de Risco de Catástrofes.

- Solicitou aos Estados-membros a acelerarem a alocação de recursos para a implementação dos compromissos assumidos na Plataforma Global de 2017 para a Redução do Risco de Catástrofes.

Arquitectura Africana para a Redução do Risco de Catástrofes:

- Solicitou a CUA e a República dos Camarões para continuar a trabalhar em conjunto, quanto à elaboração de um roteiro para o estabelecimento de um Centro de Excelência para a Redução de Risco de Catástrofes, o qual a República dos Camarões solicitou a acolher a sua Sede, e cuja solicitação será processada em conformidade com os procedimentos para o acolhimento de instituições e informar aos órgãos deliberativos.

Implementação da Monitorização do Meio Ambiente e Segurança em África (MESA)

58. A CUA apresentou o seu relatório sobre a execução da iniciativa de Monitorização do Ambiente e Segurança no projecto de África (MESA). A reunião observou que o projecto MESA registou conquistas importantes ao nível nacional, regional e continental. “Segurança Ambiental”, no contexto do presente relatório, refere-se a “Protecção Ambiental”. A reunião, portanto:

- Aprovou o programa GFCS, que irá melhorar e expandir o âmbito de serviços de clima em África;
- Instou a CUA para continuar com o seu papel de liderança na garantia da implementação coordenada e coerente do programa GFCS em colaboração com todos os intervenientes.

FLORA E FAUNA SELVAGENS, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, METEOROLOGIA E DESERTIFICAÇÃO

O Relatório da Primeira Reunião do Grupo de Peritos sobre a implementação da Estratégia Africana na Luta Contra a Exploração Ilegal e o Comércio Ilícito na Flora e Fauna Selvagens em África:

59. A Reunião tomou nota do Relatório da 1ª Reunião do Grupo de Peritos sobre a Implementação da estratégia Africana de Luta contra a Exploração ilegal e o comércio ilícito da flora e fauna Selvagens em África. O CTE:

- Aprovou o relatório e as recomendações da 1ª Reunião do Grupo de Peritos sobre a Implementação da Estratégia Africana na luta contra a exploração ilegal e o comércio ilícito na flora e fauna selvagens em África.
- Acordou que os Ministros Africanos responsáveis pelo meio ambiente, flora e fauna selvagens, devem prestar supervisão política para a implementação da estratégia, através da AMCEN, apoiada por um mecanismo de coordenação sob os auspícios da CUA.

- Solicitou a CUA para incluir as questões relativas à vida selvagem na agenda da reunião do CTE sobre a defesa e segurança.
- Exortou os Estados-membros a melhorar a cooperação sobre a luta contra o comércio ilícito de produtos da flora e fauna selvagens. A reunião reiterou também o seu apoio à Abordagem da Tolerância Zero para crimes contra a vida selvagem, através da mobilização e melhoria de recursos e capacidades, visando uma resposta estratégica coesiva assim como o reconhecimento das diferentes operações. Por outro lado, o CTE apoiou o desenvolvimento da Posição Comum Africana sobre a Flora e a Fauna Selvagens.

Relatório da Reunião de Género de CAHOSCC e o Programa da Juventude sobre as Alterações Climáticas

60. A Reunião tomou nota da comunicação feita pela Comissão da União Africana sobre o Relatório do Comité dos Chefes de Estado e de Governo atinente às Alterações Climáticas (CAHOSCC) bem como da Conferência sobre o Género e a Juventude relativa ao Programa sobre as Alterações Climáticas. A Reunião tomou em conformidade as seguintes recomendações:

- Aprovou o Relatório das Mulheres e Género de CAHOSCC e os Programas da Juventude e adoptar os dois Planos de Acção sobre o Programa das Alterações Climáticas das Mulheres e Género de CAHOSCC (CWGPCC) e o Programa da Juventude de CAHOSCC sobre as Alterações Climáticas (CYPCC).
- Instou aos Estados-membros e as CER para apoiarem a participação das mulheres e dos jovens em actividades na implementação do Acordo de Paris da 23ª Conferência das Partes (COP23) e as CoPs futuras.

Relatório da 3ª Reunião da Mesa de AMCOMET e o Relatório do Fórum AMCOMET Hidromet África

61. O CTE tomou nota do compromisso evidente dos Estados-membros sobre o processo da AMCOMET, em particular no que toca a ratificação, pelos Estados-membros, da Constituição da AMCOMET e o apoio financeiro prestado ao Secretariado desta última assim como para as suas actividades. Por outro lado, a reunião felicitou-se pelos progressos alcançados pela AMCOMET, desde a sua 3ª Sessão, realizada em Fevereiro de 2015. O CTE:

- Aprovou o relatório e as decisões da 3ª Sessão da AMCOMET, realizada na Praia, Cabo Verde, em Fevereiro de 2015, as Decisões dos Ministros de AMCOMET presentes durante a Reunião da Mesa da AMCOMET e o Comunicado do Fórum AMCOMET Hidromet África, realizado em Adis Abeba, Etiópia, em Setembro de 2017.
- Apelou aos Estados-membros para aumentar os seus investimentos em geração e integração da informação do clima e das condições meteorológicas e serviços na sua agenda de transformação nacional.

Combate à Desertificação em África

A Declaração de Windhoek sobre o reforço da resiliência às secas em África.

62. O CTE observou o historial da seca severa que afecta muitas partes do continente africano, que tem impactos negativos sobre os meios de subsistência, segurança alimentar e economias. É neste contexto que, o Governo da República da Namíbia, com o apoio da Comissão da União Africana e o Secretariado da Convenção das Nações Unidas no Combate à Desertificação organizou a primeira Conferência Africana sobre a seca em Windhoek, em Agosto de 2016. O objectivo da Conferência foi de desenvolver uma estratégia para toda a África com o objectivo de criar resiliência à seca no continente. Dada a magnitude do número de países susceptíveis à seca em África, a Declaração é importante para a realização da Agenda 2063.

63. O CTE aprovou a Declaração de Windhoek sob o reforço da resiliência às secas em África e solicitou a CUA para apoiar os Estados-membros na sua implementação.

64. Solicitou a Comissão da UA para:

- a. Proporcionar o reforço de capacidades nos domínios da degradação de terras e neutralidade sobre a metas e indicadores, bem como a elaboração de relatórios para 2018, relativamente à implementação do plano estratégico para o período 2018-2030;
- b. Organizar uma reunião para os pontos focais de LCD focal, de forma a introduzir um plano para a implementação do quadro estratégico 2018-2030 para África.
- c. Estabelecer um sistema de alerta rápido para as secas em África.

Reforço das Abordagens do Papel da Ciência e Tecnologia no combate à Desertificação em África

65. A Reunião tomou nota da comunicação feita pelo AU-SAFGRAD sobre o “acompanhamento da decisão da 1ª Sessão do CTE sobre o combate à desertificação e à degradação de solos”.

66. O CTE:

- Observou que a apresentação de relatórios ao Comité de Ciência e Tecnologia deve ser um esforço combinado entre o Comité Científico Africano e os correspondentes Pontos Focais Nacionais.
- Instou os Estados-membros, as CER, a AU-SAFGRAD e os Parceiros de Desenvolvimento a contribuírem para o reforço de capacidades dos correspondentes Comités Científicos e Técnicos, a fim de trazer subsídios concretos para os seus debates que, por seu turno, poderão ser utilizados pelos Pontos Focais Nacionais.

- Solicitou às CER e à Comissão da União Africana para organizar reuniões anuais, por forma a incluir os Pontos Focais Nacionais e os Comitês Técnicos e Científicos ao nível continental, a cada dois anos, para a preparação da Conferência das Partes, para a UNCCD no mesmo ano.

Iniciativa sobre a Grande Muralha Verde para o Sahara e Sahel (GMVSS)

67. No reconhecimento da importância da Grande Muralha Verde para o Saara e Sahel (GMVSS) para a reversão da degradação de solos e da desertificação na região do Saara e Sahel, melhorar a segurança alimentar e apoiar as comunidades locais na adaptação às alterações climáticas, a reunião formulou as seguintes recomendações:

68. Comissão da União Africana e os Estados-membros devem comemorar a Semana de Zonas Secas de África como um programa de trabalho formal para servir como uma plataforma para a sensibilização em questões de seca e das zonas áridas e ser organizada ao nível regional a cada biénio.

69. Os Estados-membros, as Organizações Internacionais, Regionais e Sub-regionais devem considerar a Neutralidade da Degradação da Terra como um meio de alcançar a sinergia na implementação da Visão de África 2063, os Acordos Ambientais Multilaterais, e os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

70. Reforçar a Cooperação Sul-Sul entre os Estados-membros da GMVSS através da partilha de conhecimentos e experiência, pesquisa colaborativa e no estabelecimento de uma plataforma de conhecimentos.

O Lagarto-do-Cartucho (FAW) em África

71. A Reunião reconheceu e tomou nota de duas comunicações apresentadas pelo Conselho Inter-africano Fitossanitário (IAPSC) e pela FAO sobre a ameaça da infestação do Lagarto-do-Cartucho, na maioria dos países africanos em 2016 e 2017. De seguida, a Reunião:

- Aprovou o Quadro para a Gestão Coordenada da Lagarta-do-Cartucho-de-Milho (FAW) em África e solicitou à Comissão da União Africana para, em colaboração com a FAO, fazer o respectivo acompanhamento e apoiar a sua implementação.
- Solicitou aos Estados-membros a comprometerem-se a uma implementação eficaz do programa de trabalho sobre a Lagarta-do-Cartucho-de-Milho.
- Solicitou a Comissão da União Africana para estabelecer e implementar um Fundo para a Resposta ao Surgimento de Pragas em África.
- Incentivou o Conselho Inter-Africano Fitossanitário da União Africana a trabalhar com a FAO e outros parceiros relevantes para estabelecer um sistema de informação para a monitorização e aviso prévio da Lagarta-do-Cartucho.

- Aprovou o quadro continental harmonizado para a regulamentação e registo de pesticidas em África.

N. RECOMENDAÇÕES ADICIONAIS

72. O CTE fez revisão dos preparativos e arranjos logísticos para o CTE de 2015 a 2017, e propôs como medidas de melhoria o seguinte:

73. Solicitou a CUA para Garantir que todos os documentos relevantes fossem disponibilizados para a Mesa antes de organizar a próxima sessão plenária, e tem que estar em todas as línguas da União Africana dentro dos prazos estabelecidos;

74. Solicitou à Comissão da União Africana (CUA) para facilitar e apoiar a Mesa do 2º CTE a elaborar um plano de acção e um roteiro para o período de 2017-2019 e comunicar a implementação do progresso das recomendações em cada início do CTE.

75. Apelou a todos os Estados-membros para participarem e usar eficientemente o CTE da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente como uma plataforma para moldar as políticas continentais, e acompanhar o progresso na implementação da Declaração dos Chefes de Estado a fim de alcançar a agenda de transformação para o continente.

- A CUA deve elaborar um quadro de monitorização das decisões executivas que abrangem todos os sectores relevantes do CTE.

O. ADOÇÃO DO RELATÓRIO DOS MINISTROS

76. O Relatório da Segunda Sessão Ministerial do CTE para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente foi adoptado de acordo com as emendas e o mesmo será submetido aos Órgãos Deliberativos da União Africana para apreciação na Cimeira de Janeiro de 2018.

Anexo 1: ACRÓNIMOS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
ALPC	Centro Africano da Política da Terra
AMCEN	Conferência dos Ministros Africanos do Ambiente
AMCOMET	Conferência dos Ministros Africanos da Meteorologia
AMCOW	Conselho dos Ministros Africanos sobre a Água
ASARECA	Associação para o Fortalecimento da Investigação Agrária na África Oriental e na África Central
UA	União Africana
CUA	Comissão da União Africana
AU-IAPSC	Conselho Fitossanitário Inter-africano
AU-IBAR	Escritório Inter-africano para os Recursos Animais
AU-SAFGRAD	Investigação e Desenvolvimento de Sementes em Zonas Semiáridas
AWSA	Estratégia da Sanidade Animal para África
CAADP	Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CoP	Conferência das Partes
CST	Comité para a Ciência e Tecnologia da UNCCD
DREA	Departamento da Economia Rural e Agricultura
DRR	Redução de Riscos de Desastres Naturais
EAC	Comunidades da África Oriental
CEDEAO	Comunidades Económica dos Estados da África Ocidental
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FARA	Fórum para a Investigação Agrária em África
FAW	Lagarta-do-cartucho do Milho
GGWSSI	Iniciativa para a Grande Muralha Verde para o Saara e o Sahel
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
ISCTRC	Conselho Científico Internacional para a Investigação e Controlo da Tripanossomíase
LDN	Neutralidade para a Degradação da Terra
MEA	Acordos Multilaterais sobre o Ambiente
MEAs	Acordos sobre a Monitorização do Ambiente
MESA	Monitorização para o Ambiente e Segurança em África
NAIP	Planos Nacionais para Investimentos na Agricultura
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NFP	Ponto Focal Nacional
PANAAC	Consórcio Pan-africano de Agro-negócios e Agro-indústria
PATTEC	Campanha Pan-africana para a Erradicação da Mosca Tsé-tsé e Tripanossomíase
PPR	Peste dos Pequenos Ruminantes
CER	Comunidade Económica Regional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAFGRAD	Investigação e Desenvolvimento de Sementes em Zonas Semi-áridas
SAMA	Quadro para a Mecanização Sustentável da Agricultura em África
SDG	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável
CTE	Comité Técnico Especializado
UNCCD	Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África

2018-01-26

Report of the Second Ordinary Session of the Specialized Technical Committee (STC) on Agriculture, Rural Development, Water and Environment 02 - 06 October 2017, Addis Ababa, Ethiopia

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8925>

Downloaded from African Union Common Repository